



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO

**Secretaria Municipal de Administração**

PMSA OF Nº 026/2022

Sant'Ana do Livramento, 20 de janeiro de 2022.

Senhor Presidente:

Apraz-nos cumprimentar Vossa Excelência e, na oportunidade, em atenção ao “Pedido de Informação nº 06/2022”, de autoria do Vereador Enrique Civeira, conforme informações prestadas pela Secretaria Municipal da Fazenda, encaminhar, em anexo, a informação solicitada.

Sendo o que tínhamos para o presente, aproveitamos a oportunidade para manifestar protestos de consideração e apreço.

**EVANDRO GUTEBIER MACHADO**

Prefeito Municipal em exercício

Exmo. Sr.

**Ver. AQUILES RODRIGUES PIRES**

M.D Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Sant'Ana do Livramento – RS.



PREFEITURA MUNICIPAL	
PROTOCOLO	155
ENTRADA EM	20.01.22
SAÍDA EM:	
DESTINO:	

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Gabinete Secretária

**MEMORANDO Nº 29/2022**

**DE:** Secretaria Municipal da Fazenda

**PARA:** Secretaria Municipal da Administração

**DATA:** 20/01/2022

**ASSUNTO:** Resposta Pedido de Informações nº 06/2021 de 10-01-2022

Em atenção ao Pedido de Informações nº 06/2021, de 10-01-2022, originário do Poder Legislativo, encaminhado através de Memorando da Secretaria da Administração para a SEPLAMA, que, por sua vez, em razão de se tratar de matéria atinente a esta Pasta, encaminhou a demanda por meio eletrônico, para que fosse providenciado atendimento. Portanto, quanto aos questionamentos elaborados pelo Poder Legislativo cabe-nos informar o seguinte:

**1. Como se obtém os Valores do metro quadrado em relação aos 40% (quarenta por cento) do valor do CUB/RS e aos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do CUB/RS?**

- A questão refere (originalmente) ao Artigo 23 da Lei Municipal nº 2.870 de 27/12/1991 (anexo):

*"Art. 23 – A fixação do preço do metro quadrado da construção terá como base o valor do CUB/RS – Custo Unitário Básico da Construção Civil no Rio Grande do Sul, vigente no mês de dezembro do exercício imediatamente anterior ao do lançamento. (Caput alterado pela LM nº*

18



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Gabinete Secretária

*3.740 de 11 de dezembro de 1997 e §§ 1º e 2º, alterados pela LM nº 4.328 de 28 de dezembro de 2001).*"

- Cujo *caput* fora alterado, anteriormente pela Lei Municipal nº 3.740 de 11/12/1997 (anexo):

*"Art. 1º - Ficam alteradas as redações do "caput" do artigo 23 ... da Lei Municipal nº 2.870 de 27 de dezembro de 1991, que passam a ter as seguintes redações: "Art. 23 - ... a fixação do preço do metro quadrado da construção terá como base o valor do CUB/RS – Custo Unitário Básico da Construção Civil no Rio Grande do Sul, vigente no mês de dezembro do exercício imediatamente anterior ao do lançamento."*

- Passando, posteriormente, a ter a redação definida pela Lei Municipal nº 4.328 de 28/12/2001 (anexo):

*"Art. 3º - Fica alterada a redação dos §§ 1º e 2º do artigo 23, da Lei 2.870/91, que passa ser a seguinte: "Art. 23-..... §1º - Para a construção de alvenaria ou mista, o valor do metro quadrado será de 40% do CUB/RS, levando-se em consideração o número de pontos da construção e a depreciação física do imóvel. §2º - Para a construção de madeira, o valor do metro quadrado será de 25% do valor do CUB/RS, levando-se em consideração o número de pontos da construção e a depreciação física do imóvel."*

188



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Gabinete Secretária

- Como, a partir de 2006, a metodologia para a determinação do CUB foi alterada (Nova NBR), gerando uma série de CUB's distintos, a Lei Municipal nº 6.004 (anexo), de 24 de agosto de 2011, que altera a 2.870 e a 4.328, apresentou, em seu artigo segundo, o que segue:

*“Art. 2º - Altera-se o caput do artigo 23 da Lei 2870 de 27/12/1991 que passa a ter a seguinte redação: “A fixação do preço do metro quadrado da construção terá como **base o valor do CUB – Padrão Médio Popular Normal – Código PP4-N vigente no mês de julho de cada exercício**””.*

- Dessa forma, consoante o dispositivo legal, os valores do metro quadrado, por ponto de construção, estabelecidos na lei são obtidos da seguinte forma:

**Valor do ponto**

**Alvenaria:**  $(40\% \times R\$ 2.382,89) : 100 = R\$ 9,53156$

**Madeira:**  $(25\% \times R\$ 2.382,89) : 100 = R\$ 5,95723$

**Dados:**

- CUB PP4-N (Base SINDUSCON Julho de 2021) R\$ 2.382,89;
- A divisão por cem faz a normalização do valor, dado que o número máximo de pontos a serem atribuídos a um imóvel é 100 (ver ficha cadastral – anexo);
- O valor acima calculado corresponde ao valor do ponto por metro quadrado de área construída para imóveis, respectivamente, de alvenaria e de madeira.

181





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Gabinete Secretária

**2. O que é considerado como número de pontos de construção?**

- A referência legal está na Lei Municipal nº 2.870 de 27/12/1991 (anexo), em seu Artigo 22:

*"Art. 22 – O valor venal de imóvel será apurado e atualizado por Ato do Poder Executivo, anualmente, **com base nos dados constantes da Ficha Cadastral que fará parte integrante desta Lei e ...**"*

- Dessa forma, os pontos (de um máximo de 100) a serem atribuídos a cada um dos imóveis pelo Setor de Cadastro Imobiliário – Fiscais de Cadastro, em inspeção *"in loco"*, constam da Ficha Cadastral (anexo) de cada imóvel no acervo do Cadastro Municipal.
- Os cem pontos possíveis estão distribuídos em 11 "critérios" de avaliação, sendo eles: **1. Fundações** (de concreto – 15 pontos, de alvenaria de pedra – 10 pontos); **2. Paredes** (alvenaria dupla externa – 15 pontos, alvenaria simples externa – 10 pontos, madeira dupla – 8 pontos, madeira simples – 5 pontos e madeira bruta – 2 pontos); **3. Cobertura** (telhas de cimento amianto – 10 pontos, lajes de concreto – 9 pontos, telhas de barro – 8 pontos); **4. Forro** ... e assim sucessivamente.
- O número de pontos corresponde ao somatório total de pontos de uma edificação.

**3. Como é feita a análise da depreciação física do imóvel?**

- A referência legal está na Lei Municipal nº 2.870 de 27/12/1991

88



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Gabinete Secretária

(anexo), em seu Artigo 38:

*"Art. 38 – Os prédios, de acordo com o tipo de construção e, em função do tempo de edificação, sofrerão uma redução no valor da área construída, conforme abaixo:*


**REDUÇÕES (DEPRECIAÇÃO)**

<i>Idade da Construção</i>	<i>Madeira</i>	<i>Alvenaria e Mista</i>
<i>De 0 a 5 anos</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>
<i>De 6 a 10 anos</i>	<i>15%</i>	<i>5%</i>
<i>De 11 a 15 anos</i>	<i>45%</i>	<i>10%</i>
<i>De 16 a 20 anos</i>	<i>50%</i>	<i>15%</i>
<i>De 21 a 25 anos</i>	<i>75%</i>	<i>20%</i>
<i>De 26 a 30 anos</i>	<i>75%</i>	<i>25%</i>
<i>Mais de 30 anos</i>	<i>75%</i>	<i>35%</i>

- Não é feita nenhuma análise, a depreciação é aplicada, diretamente, de acordo com a faixa etária do imóvel, nos percentuais constantes da tabela acima.

Sendo o que se apresenta para o momento, enviamos nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

  
**Bianca Gonçalves dos Santos,**  
Secretária Adjunta da Fazenda.

Lei 3551 de 1996 altera a redação do artigo 40.

Lei 3575 de 1997 Acrescenta quatro parágrafos ao Art. 40.

Lei 3740 de 1997 altera diversas disposições da Lei nº 2870/91.

Lei 4328 de 2001 altera diversos artigos.

### **Lei Municipal nº 2870, de 27 de dezembro de 1991**

*Dispõe sobre o lançamento e a cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e dá outras providências.*

GLENIO LEMOS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANT' ANA DO LIVRAMENTO.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 102, inciso IV da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Esta Lei dispõe sobre o lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, bem como estabelece normas gerais a ele pertinentes.

#### **DA INCIDÊNCIA E FATO GERADOR**

**Art. 2º** - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido em Lei Civil, localizado na zona urbana do Município.

**Parágrafo único** - A Lei pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora dos limites da zona urbana.

**Art. 3º** - Para efeitos desta Lei:

**I** - Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;

**II** - Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

**Art. 4º** - Para efeitos deste Imposto, considera-se:

**I** - PRÉDIO, o imóvel edificado, correspondendo o terreno com a respectiva construção e dependências;

**II** - UNIDADE PREDIAL, o prédio ou parte do prédio que comporte a instalação independente, de residência ou atividade comercial, industrial, de prestação de serviços, cultural, esportiva e semelhantes, juntamente com terreno ou fração ideal de terreno;

**III** - TERRENO, o imóvel não edificado;

**IV** - TERRENO PADRÃO, (módulo urbano), o imóvel não edificado, com as dimensões de 12 metros (12m) de testada, por trinta metros (30m) de frente a fundos;

**V** - TERRENO INTERNO, o terreno que faz frente para um logradouro e não se situa na esquina;



**VI - TERRENO DE ESQUINA**, o terreno que situa-se no encontro de dois ou mais logradouros públicos;

**VII - TERRENOS DE DUAS OU MAIS FRENTES**, o terreno que tenha acesso direto para mais de um logradouro e não seja localizado em esquina;

**VIII - TERRENO ENCRAVADO**, o terreno que situa-se interior do quarteirão e não tem acesso direto ao logradouro;

**IX - TESTADA**, a face do lote que a limita com o logradouro público;

**X - GLEBA**, o terreno com área igual ou superior a cinco mil (5000) metros quadrados.

**Art. 5º** - É considerado integrante do prédio tributado o terreno de propriedade do mesmo contribuinte e localizado junto:

**I** - a estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços, desde que necessário e utilizado de modo permanente na finalidade do mesmo;

**II** - a prédio residencial, desde que utilizado da forma adequada ou efetivamente ajardinado.

**Art. 6º** - Para efeitos deste Imposto, considera-se terreno sujeito a incidência da alíquota prevista no inciso II, do artigo 19, e, a progressividade disposta no artigo 20:

**I** - o bem imóvel sem edificação;

**II** - o bem imóvel em que houver construção paralisada, inacabada ou em andamento;

**III** - o bem imóvel em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou demolição;

**IV** - o bem imóvel cuja construção seja de natureza temporária ou provisória;

**V** - o bem imóvel com área inferior a cinco mil (5000) metros quadrados;

**VI** - a área excedente, não edificada, com testada mínima de dez (10) metros, desde que não atenda o disposto no art. 5º.

**Art. 7º** - A incidência do Imposto independe do cumprimento de quaisquer outras exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao imóvel sem prejuízo das cominações cabíveis.

[Retornar ao Sumário](#)

## **DO CONTRIBUINTE**

**Art. 8º** - O contribuinte do Imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

[Retornar ao Sumário](#)

## **DA INSCRIÇÃO**

**Art. 9º** - Todos os imóveis serão obrigatoriamente inscritos no cadastro imobiliário, ainda que pertencentes a pessoas isentas ou imunes.

**Art. 10** - A inscrição é promovida:

**I** - pelo proprietário;

**II** - pelo titular do domínio útil ou pelo possuidor a qualquer título;

**III** - pelo promitente comprador ou promitente vendedor, nos casos de promessa de compra e venda;



**IV** - por qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;

**V** - de ofício, pelo órgão fazendário, competente, no interesse da administração fiscal;

**Art. 11** - Quando se tratar de área loteada, deverá a inscrição ser procedida do arquivamento da planta completa do loteamento aprovado, na forma da Lei, no Departamento de Cadastro da Secretaria Municipal da Fazenda.

**Art. 12** - Qualquer alteração praticada no imóvel ou no loteamento deverá ser imediatamente comunicada pelo contribuinte à Secretaria Municipal da Fazenda.

**Art. 13** - O prédio terá tantas inscrições quantas forem as unidades distintas que o integram.

**Art. 14** - A inscrição será feita:

**I** - Quando se tratar de terrenos:

a) situados em esquina, com duas ou mais frentes, pelo logradouro de maior valor, tendo os logradouros o mesmo valor por aquele que tiver maior testada;

b) encravados, pelo logradouro mais próximo ao seu perímetro;

c) situados no interior do quarteirão e com frente para mais de um logradouro, pela testada maior, sendo iguais, por aquele que tiver maior valor;

d) interno, pela face do quarteirão que corresponde a sua testada.

**II** - Quando se tratar de Unidade Predial:

a) com uma só entrada, pela face do quarteirão correspondente;

b) com mais de uma entrada, pela face do quarteirão que corresponde a entrada principal, e, havendo mais de uma entrada principal pela face do quarteirão onde o imóvel apresente maior testada e, sendo estas iguais, pela de maior valor;

c) integrante de um mesmo prédio, pela face do quarteirão em que está situada a entrada que lhe dê acesso;

d) constituída em terrenos encravados ou glebas, pelo logradouro em que se achar inscrito o terreno ou gleba;

**III** - Quando se tratar de gleba, pela face do quarteirão para o qual faça frente e, havendo mais de uma, por aquela que apresente maior testada.

**Art. 15** - Estão sujeitos a nova inscrição, nos termos desta Lei, ou à averbação na ficha de cadastro:

**I** - a alteração resultante da construção, aumento, reforma, reconstrução ou demolição;

**II** - o desmembramento ou unificação de áreas;

**III** - a transferência da propriedade ou do domínio.

**Art. 16** - O contribuinte ou o seu representante legal deverá providenciar no atendimento da averbação dentro do prazo de sessenta (60) dias, a partir da data do título de propriedade ou de compromisso de compra e venda, quando se tratar de transferência.

**Parágrafo único** - o não atendimento do prazo previsto no artigo anterior, implicará na multa de 20% (vinte por cento) sobre o custo da averbação.

[Retornar ao Sumário](#)

## **DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS**

**Art. 17** - A base de cálculo do Imposto é o valor venal do imóvel.

**Art. 18** - O valor venal das unidades prediais é constituído pelo valor do terreno mais o das construções nele existentes.

**Art. 19** - As alíquotas de que trata este Imposto serão as seguintes:

- I** - quando se tratar de prédio, 0,5% (meio por cento) sobre o valor venal;
- II** - quando se tratar de terreno, 2% (dois por cento) sobre o valor venal;
- III** - quando se tratar de glebas:

**Art. 20** - As alíquotas de que tratam os incisos II e III do artigo anterior, serão acrescidos de 1% (um por cento) a cada ano a contar de 1992, até o limite de 8% (oito por cento), desde que o terreno de gleba pertença a primeira, segunda e terceira Zonas Fiscais e que permaneçam no domínio do mesmo proprietário sem que este haja feito nenhum tipo de benfeitoria ou construção.

**Parágrafo único** - A progressividade de que trata o artigo 20, não será aplicada ao proprietário de um único imóvel nas zonas referidas no "caput" do artigo.

**Art. 21** - O Imposto Territorial Urbano incidirá sobre as glebas urbanas, conforme o inciso III, do artigo 19, devendo porém, nas construções nelas existentes e, sobre a área correspondente ao módulo urbano, incidir o Imposto Predial.

[Retornar ao Sumário](#)

## **DA AVALIAÇÃO**

**Art. 22** - O valor venal de imóvel será apurado e atualizado por Ato do Poder Executivo, anualmente, com base nos dados constantes da Ficha Cadastral que fará parte integrante desta Lei e, em função dos seguintes elementos:

- I** - os preços relativos às últimas transações imobiliárias;
- II** - os índices de valorização correspondente à localização do imóvel;
- III** - a área, a forma, as dimensões, a localização e outras características do imóvel;
- IV** - a área, a idade, o valor unitário por tipo de construção, no caso de ser o mesmo edificado;
- V** - os acidentes naturais e outras características que possam influir em sua valorização;
- VI** - os equipamentos urbanos, ou melhorias decorrentes de obras públicas recebidas pelo logradouro onde se localiza o imóvel.

**Parágrafo único** - *revogado pela LM 3740 de 11 de dezembro de 1997.*

**Art. 23** - A fixação do preço do metro quadrado da construção terá como base o valor do CUB/RS - Custo Unitário Básico da Construção Civil no Rio Grande do Sul, vigente no mês de dezembro do exercício imediatamente anterior ao do lançamento.

*Art.23,caput,alterado pela LM nº 3740 de 11 de dezembro de 1997.  
§ 1º e § 2º, alterados pela LM nº 4328 de 28/12/01.*

**Art. 24** - A avaliação de terreno e\ou gleba será feita por Zonas Fiscais Urbanas, estabelecendo-se a cada Zona Fiscal um valor base para o módulo urbano, conforme tabela anexa:

**Art. 25** - O valor venal do imóvel será conhecido:

§ 1º - Tratando-se de Unidade Predial, pela multiplicação do valor do metro quadrado de cada tipo de edificação, pela sua metragem de construção somando-se o resultado ao valor do terreno ou parte ideal deste.

§ 2º - Tratando-se de terreno ou gleba, através da multiplicação do valor do metro quadrado de área corrigida do Módulo Urbano, da Zona Fiscal correspondente, pela área corrigida do terreno ou gleba, cujo valor venal se quer determinar, na forma referida nos artigos 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33 desta Lei.

Retornar ao Sumário

## **DO ZONEAMENTO FISCAL**

**Art. 26** - Na fixação do zoneamento fiscal para fins de lançamento e cobrança do Imposto, levar-se-á em consideração os equipamentos urbanos e\ou melhorias à disposição ou que vierem a ser colocadas nos logradouros onde está situado o imóvel.

**Parágrafo único** - O zoneamento fiscal para efeitos desta Lei será o seguinte:

**I** - PRIMEIRA ZONA FISCAL - os imóveis localizados em logradouros públicos que possuírem os seguintes equipamentos urbanos e\ou melhorias:

- a) Rede de esgoto cloacal;
- b) Rede de água;
- c) Ruas pavimentadas e\ou calçadas;
- d) Iluminação pública igual ou superior a 250 watts;
- e) Coleta de lixo;

**II** - SEGUNDA ZONA FISCAL - Os imóveis localizados em logradouros públicos que possuírem quatro (4) dos equipamentos urbanos e\ou melhorias, citadas no inciso I do parágrafo único;

**III** - TERCEIRA ZONA FISCAL - os imóveis localizados em logradouros públicos que possuírem três (3) dos equipamentos urbanos e\ou melhorias citadas no inciso I, do parágrafo único.

**IV** - QUARTA ZONA FISCAL - os imóveis localizados em logradouros que possuírem dois (2) dos equipamentos urbanos citados no inciso I do parágrafo único.

**V** - QUINTA ZONA FISCAL - os imóveis localizados em logradouros públicos que possuírem um (1) dos equipamentos urbanos e\ou melhorias citadas no inciso I, do parágrafo único.



**VI - SEXTA ZONA FISCAL** - Os demais imóveis não enquadrados nas Zonas Fiscais anteriores.  
**alínea d, inciso I, art. 26- alterado pela LM 3740 de 11 de dezembro de 1997.**

[Retornar ao Sumário](#)

### DA CORREÇÃO DAS ÁREAS

**Art. 27** - A apuração da área corrigida dos terrenos para efeito de avaliação e tributação será feita pela seguinte fórmula: "o produto da testada pela raiz quadrada da profundidade média", sendo a profundidade média dada pelo quociente da área real pela testada.

$AC = T \cdot PM$  e  $PM = AR \div T$  onde:

AC = área Corrigida

T = Testada

PM = Profundidade Média

AR = área Real

**Art. 28** - A área corrigida dos terrenos de esquina será calculada de acordo com o disposto no artigo anterior acrescentando-se ainda:

**I** - 1/3 (um terço), quando localizado em uma esquina;

**II** - 1/2 (um meio), quando localizado em duas esquinas.

**Art. 29** - As áreas de terrenos de esquina, cujas testadas tenham forma circular ou semelhante, serão corrigidas, tomando-se por profundidade média o quociente da área real pelo valor que corresponder a cinquenta por cento (50%) das testadas, aplicando-se, ainda, o disposto nos incisos I e II do artigo 28.

**Art. 30** - Tratando-se de terreno de duas frentes e estas formarem esquina com ângulo inferior a setenta e cinco graus (75°) a área do terreno será corrigida pelo coeficiente de  $1/90^\circ$ , sendo L o ângulo agudo e aplicando-se, ainda, o disposto nos incisos I e II do artigo 28.

**Art. 31** - Tratando-se de terrenos situados no interior do quarteirão e com frente para mais de um logradouro sua área será corrigida conforme o disposto no artigo 27, observando-se o previsto na alínea C, inciso I, do artigo 14.

**Art. 32** - Tratando-se de terreno encravado, sem condições de edificação, sua área será corrigida tomando-se por testada, a do módulo urbano, aplicando-se no resultado obtido a redução de 50% (cinquenta por cento).

**Art. 33** - A correção da área das glebas será feita conforme o disposto no artigo 27, observando-se o previsto no inciso III, do artigo 14.

[Retornar ao Sumário](#)

### DO LANÇAMENTO

**Art. 34** - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será lançado, anualmente, tendo por base a situação do imóvel ao encerrar-se o exercício anterior.

**Art. 35** - O Imposto será lançado em nome do contribuinte, levando-se em conta os dados ou elementos constantes do Cadastro Imobiliário.

**Art. 36** - Em se tratando de co-proprietário, constarão na ficha de cadastro os nomes de todos os co-proprietários sendo as guias emitidas em nome de um deles, com a designação de "outros" para os demais.

[Retornar ao Sumário](#)

### DAS REDUÇÕES

[Retornar ao Sumário](#)

**Art. 37** - Far-se-á lançamento com redução de 50% (cinquenta por cento) no valor do Imposto:

**I** - Tratando-se de terrenos:

a) com acidentes geográficos, tais como declive e aclave acentuados, córregos, sangas, banhados, taludes exagerados, pedreiras e outros acidentes que concorram para sua desvalorização;

b) com construção em andamento, dentro do prazo legal deferido pelos órgãos técnicos da Prefeitura;

**II** - Tratando-se de glebas urbanas:

b) com acidentes geográficos, tais como declive e aclave acentuados, córregos, sangas, banhados, taludes exagerados e outros acidentes desde que abranjam pelo mínimo dois terços (2/3) da área e que concorram para a sua desvalorização.

**Parágrafo único**- A redução de que trata a alínea "a", do inciso II, deverá ser requerida até o dia 30 de novembro do exercício imediatamente anterior ao do lançamento.

**parágrafo único do art.37-criado pela LM 3740 de 11 de dezembro de 1997, renumerado pela LM 4328, de 28/12/01.**

**Art. 38** - Os prédios, de acordo com o tipo de construção e, em função do tempo de edificação, sofrerão uma redução no valor da área construída, conforme abaixo:

#### REDUÇÕES

Idade de Construção	Madeira	Alvenaria e Mista
De 0 a 5 anos	0 %	0 %
De 6 a 10 anos	15 %	5 %
De 11 a 15 anos	45 %	10 %
De 16 a 20 anos	50 %	15 %
De 21 a 25 anos	75 %	20 %
De 26 a 30 anos	75 %	25 %
mais de 30 anos	75 %	35 %

[Retornar ao Sumário](#)

#### DA ARRECADAÇÃO

**Art. 39** - A arrecadação do Imposto será efetuada:

**I** - Na tesouraria da Secretaria Municipal da Fazenda ou na rede bancária autorizada;

**II** - Através de cobrança amigável;

**III** - Mediante execução fiscal;

**Art.40,incisos I, II, III e §§ 1º e 2º -Redação dada pela Lei Municipal nº 3740 de 11 de dezembro de 1997, alterada pelas Leis 4153, de 28/02/01, 4171, de 06/04/01, 4328, de 28/12/01 e 4391, de 20/05/02.**

**Art. 41 - Revogado pela Lei Municipal nº 3522, de 27 de setembro de 1996.**

Art. 1º- Fica estabelecido que finalizados os prazos fixados para pagamento de tributos municipais (impostos e taxas) da Prefeitura Municipal e do Departamento de Água e Esgotos, sem que o contribuinte haja efetuado o pagamento do respectivo débito, este será acrescido das seguintes penalidades: multa de 2% (dois por cento) ao mês e/ou fração de mês, até o máximo de 10% (dez por cento) quando o atraso for de cinco ou mais meses; juros de 1% ao mês e correção monetária de acordo com a variação da

UFIR ou índice que vier substituí-la e conforme legislação federal pertinente.

[Retornar ao Sumário](#)

## DAS ISENÇÕES

*Com redação dada pela Lei Municipal nº 3082, de 29 de junho de 1993, posteriormente alterada pelas Leis Municipais nº 3479, de 29 de maio de 1996 (Revogada pela LM nº 4032, de 30.03.00, também, revogada, pela LM 4737, de 29/12/03) e 3913, de 22/12/98 (Revogada pela LM 3946, de 01/10/99).*

**Arts. 42, 43 e 44** - Revogados pela Lei Municipal nº 3081, de 29 de junho de 1993.

[Retornar ao Sumário](#)

## DA IMUNIDADE

**Art. 45** - São imunes:

**I** - os imóveis de propriedade da União, do Estado e das Autarquias e Fundações Federais, desde que usados efetivamente no atendimento de suas finalidades legais;

**II** - os templos de qualquer culto;

**III** - os imóveis de propriedade dos Partidos Políticos, das entidades sindicais de trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, desde que observados os seguintes requisitos:

a) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação de seu resultado;

b) aplicarem integralmente, no País, os recursos na manutenção de seus objetivos institucionais;

c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

**Parágrafo único** - Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

**Art. 46** - Permanecem em total vigência as disposições constantes da Lei nº 2734, de 13 de dezembro de 1990.

**Art. 47** - Revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis nº 2742, de 17 de dezembro de 1990, 2083, de 12 de dezembro de 1986 e 1177 de 06 de novembro de 1975, esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1992.

[Retornar ao Sumário](#)

rio

Sant' Ana do Livramento, 27 de dezembro de 1991.

GLENIO LEMOS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

SYLVIO MIGUEL C. MENDINA

Secretário M. Administração



LEI MUNICIPAL Nº 3.740, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1997.

Altera diversas disposições da Lei nº 2870/91 - IPTU Retornar ao Sumário.

GLÊNIO LEMOS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, FAÇO saber, em cumprimento ao disposto no art. 102, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam alteradas as redações do "caput" do artigo 23 e da alínea "d", inciso I, parágrafo único, do artigo 26 da Lei nº 2870, de 27 de dezembro de 1991, que passam a Ter as seguintes redações:

"Art. 23 a fixação do preço do metro quadrado da construção terá como base o valor do CUB/RS - Custo Unitário Básico da Construção Civil no Rio Grande do Sul, vigente no mês de dezembro do exercício imediatamente anterior ao do lançamento."

"Art. 26 ...

Parágrafo único...

I - ....

d) Iluminação pública igual ou superior a 250 watts."

**Art. 2º** É acrescentado ao artigo 37, da Lei nº 2870, de 27 de dezembro de 1991, o parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 37 ...

Parágrafo único. a redução de que trata a alínea "a", do inciso II, deverá ser requerida até o dia 30 de novembro do exercício imediatamente anterior ao do lançamento.

**Art. 3º** Fica alterada a redação do artigo 40, da Lei nº 2870, de 27 de dezembro de 1991, alterado pelas Leis nº 3551, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40 A arrecadação proceder-se-á:

I - Em cota única, com valor expresso em moeda nacional corrente, para pagamento até o dia 10 de fevereiro de cada exercício, com bonificação de 30 %.

II - Em duas cotas, iguais e consecutivas, com valor expresso em moeda nacional corrente com os seguintes vencimentos e bonificações:

a) Primeira cota, para pagamento até o dia 10 de fevereiro de cada exercício, com bonificação de 30%.

b) Segunda cota, para pagamento até o dia 10 de março de cada exercício, com bonificação de 20%.

III - Em dez cotas, mensais e consecutivas, para pagamento até o dia 10 de cada mês, vencendo-se a primeira no mês de fevereiro de cada exercício.

Continuar

§ 1º As bonificações e as datas para pagamento previstas nas letras "a" e "b", ficam estendidas aos contribuintes inscritos em dívida ativa que realizarem a quitação total do débito.

§ 2º A guia para recolhimento do imposto, na forma do inciso III, terá seus valores expressos em UFIR (Unidade Fiscal de Referência) ou índice que vier substituí-la, os quais serão convertidos para a moeda nacional corrente no ato do pagamento."

**Art. 4º** Revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis nº s 3551, de 03 de dezembro de 1996 e 3575, de 14 de janeiro de 1997, bem como o parágrafo único do artigo 22, da Lei nº 2870, de 27 de dezembro de 1991, esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1998.

Retornar ao Sumário Sant'Ana do Livramento, 11 de dezembro de 1997.

GLÊNIO LEMOS  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

SOLIMAR CHAROPEN GONÇALVES  
Sec. Mun. Administração

*Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.*

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 25/01/2019*

**LEI Nº 4.328, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001.****Altera diversos artigos das Leis 2.870/91 e 3.271/94-IPTU.**

GUILHERME BASSEDAS COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, FAÇO saber, em cumprimento ao disposto no art. 102, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterada a redação do art. 40 da Lei Municipal nº 2.870, de 27 de dezembro de 1991, alterada pelas Leis nº 3.740, de 11 de dezembro de 1997 e nº 4.171, de 06 de abril de 2001, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 40 A arrecadação proceder-se-á:

1. Em cota única: com valor expresso em URFM ou em moeda nacional corrente: com bonificação de 10% para pagamento até o dia 28 de fevereiro de cada exercício; com bonificação de 5% para pagamento até 15 de março de cada exercício.
5. Em dez (10) cotas, mensais e consecutivas, com valor expresso em URFM ou em moeda nacional corrente vencendo-se a primeira em 28 de fevereiro de cada exercício.

Parágrafo único. Fica prorrogado o vencimento para o dia útil seguinte, quando coincidir com o dia em que não houver expediente."

**Art. 2º** Fica alterada as tabelas de valores do módulo urbano para avaliação dos imóveis, remunera o parágrafo único e cria novo parágrafo no artigo 24 da Lei nº 2.870/91, que passa a ser o seguinte:

"Art. 24 ...

- 1º - ZONA FISCAL R\$ 8.505,30
- 2º - ZONA FISCAL R\$ 5.102,50
- 3º - ZONA FISCAL R\$ 2.552,52
- 4º - ZONA FISCAL R\$ 1.360,10
- 5º - ZONA FISCAL R\$ 850,28
- 6º - ZONA FISCAL R\$ 510,67

§ 1º Determino o valor base de módulo urbano, avaliam-se os terrenos e glebas em função de suas áreas corrigidas.

§ 2º A atualização dos valores de que trata este artigo será feita pela variação da URFM no exercício imediatamente anterior ao lançamento de imposto"

**Art. 3º** Fica alterada a redação dos §§ 1º e 2º do artigo 23, da Lei 2.870/91, que passa a ser a seguinte:

"Art. 23 ...

**Continuar**



§ 1º Para a construção de alvenaria ou mista, o valor do metro quadrado será de 40% do CUB/RS, levando-se em consideração o número de pontos da construção e a depreciação física do imóvel.

§ 2º Para a construção de madeira, o valor do metro quadrado será de 25% do valor do CUB/RS, levando-se em consideração o número de pontos da construção e a depreciação física do imóvel."

**Art. 4º** Fica alterada a redação da alínea "a", inciso II e parágrafo único do art. 37, da Lei nº 2.870/91, que passa a ser a seguinte:

"Art. 37 ...

II -

a) que forem aproveitadas economicamente, no mínimo em ½ (um meio) de sua área;

§ 1º A redução de que trata a alínea "a", inciso II, deverá ser requerida até o dia 31 de agosto do exercício imediatamente anterior ao do lançamento.

§ 2º O prazo de que trata o parágrafo anterior, para o lançamento do IPTU de 2002, fica estendido até 15/02/2002".

**Art. 5º** Fica alterada as alíneas "a", "b" e "c", inciso III do art.19 da Lei nº 2.870/91, que passa a ser a seguinte:

"Art. 19 ...

I - ....

II - ....

III - ....

- a) de 5.000 até 10.000 m² 2,2%
- b) acima de 10.000 até 30.000m² 2,5%
- c) acima de 30.000 m² 2,7%

**Art. 6º** Remunera o parágrafo único do art. 18 da Lei nº 3.271, de 30 de dezembro de 1994, e cria novo parágrafo.

"Art. 18 ...

§ 1º Os prédios que tiveram mais de uma economia comercial como residência ou salão para comércio, pagarão a taxa por economia desde que preencham os requisitos de contas de luz ou água separados.

§ 2º Não se caracteriza como economia distinta a localizada dentro do prédio residencial, desde que, nele, o proprietário exerça atividade comercial, devidamente autorizada pela Prefeitura Municipal".

**Art. 7º** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sant'Ana do Livramento, 28 de dezembro 2001.

GUILHERME BASSEDES COSTA  
Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa [Política de Privacidade](#)  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se RENATO DE MELLO LEVY  
Secretário Municipal de Administração [Continuar](#)

*Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.*

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 25/01/2019*

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa [Política de Privacidade](#)

**Continuar**

LEI Nº. 6.004, DE 24 DE AGOSTO DE 2011.

*Dispõe sobre alterações nas Leis 2.870 de 27/12/1991 e 4.328 de 28/12/2001 e revogação da Lei 5.524 de 12/12/2008.*

WAINER VIANA MACHADO, PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO.

FAÇO saber, em cumprimento ao disposto no art. 102, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O § 2º do artigo 24 da Lei Municipal nº 2.870 de 27/12/1991, considerado com a alteração que lhe foi promovida pela Lei Municipal nº 4.328 de 28/12/2001, fica alterado em sua redação, passando ela a ser a seguinte:

§ 2º - A atualização dos valores do IPTU, taxa de lixo será feita em Julho de cada ano, para cobrança no exercício seguinte:

**Art. 2º** - Altera-se o caput do artigo 23 da Lei 2870 de 27/12/1991 que passa a ter a seguinte redação:

“A fixação do preço do metro quadrado da construção terá como base o valor do CUB – Padrão Médio Popular Normal – Código PP4-N vigente no mês de julho de cada exercício”

**Art. 3º** - O artigo 34 da Lei 2870 de 27/12/1991 passa a ter a seguinte redação:

“O Imposto Predial e Territorial Urbano será lançado anualmente tendo por base a situação do imóvel em julho do exercício anterior”

**Art. 4º** - O § 1º do artigo 37 da Lei Municipal nº 2.870 de 27/12/1991, considerado com a alteração que lhe foi promovida pela Lei Municipal nº 4.328, de 28/12/2001, fica alterado em sua redação, passando ela a ser a seguinte:

§ 1º - A redução de que trata a alínea “a” inciso II, deverá ser requerida até 30 de junho do exercício imediatamente anterior ao do lançamento”.

**Art. 5º** - Revoga-se o § 2º do artigo 37 da Lei Municipal nº 2.870, de 27/12/1991, considerado inclusive com a alteração que lhe foi promovida pelo art. 4º da Lei Municipal nº 4.328, de 28/12/2001.

**Art. 6º** - Revoga-se o artigo 20 da Lei 2870 de 27/12/1991.

**Art. 7º** - Revoga-se a Lei 5524 de 12/12/2008.

**Art. 8º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sant'Ana do Livramento, 24 de Agosto de 2011.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANT'ANA DO LIVRAMENTO

2.1 - INSCRIÇÃO ANTERIOR

2.2 - INSCRIÇÃO

Predial

Territorial

Zona

Sector

Quadra

CÓDIGO

5.1 - LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

1.1 - NOME DO PROPRIETÁRIO - EFETUA OU USUFRUATUÁRIO

1.2 - NOME DO COMPROMISSÁRIO COMPRADOR

1.3 - ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL

Código - Rua

Nº Contrato

Nº Escritura

Nº Registro

Testada

Área m²

Data

Quadra

Lote

5.3 - LOTEAMENTO - VILA

6 - CARACTERÍSTICA  
DO TERRENO

8 - SERVIÇOS URBANOS

11 - USO DO SOLO

14 - ANOS DE CONSTRUÇÃO

16 - PATRIMÔNIO

18 - PARTES  
DO PRÉDIO

18.1 CARACTERÍSTICAS  
CONSTRUTIVAS

1 ☐ Baldio

2 ☐ Murado

3 ☐ Cercado

4 ☐ Em nível

5 ☐ Alagado

6 ☐ Mais alto que a rua

7 ☐ Mais baixo que a rua

8 ☐ Active

9 ☐ Declive

10 ☐ Encravado

11 ☐

1 ☐ Limpeza pública

2 ☐ Iluminação

3 ☐ Conserv. de calçamento

4 ☐ Coleta de lixo

5 ☐ 9 - ONERAÇÃO

1 ☐ Passio

2 ☐ Testada murada

3 ☐ Construção clandestina

4 ☐ Passeio em mau estado

5 ☐ Muro em mau estado

6 ☐ sim

7 ☐ não

8 ☐ sim

9 ☐ não

10 ☐ sim

11 ☐ não

12 - CARACT. URBANA DO PRÉDIO

1 ☐ Nº de Pavimentos

2 ☐ Ano da Construção

3 ☐ com construção concluída

4 ☐ com construção andamento

5 ☐ com construção paralizada

6 ☐ com construção em reforma

7 ☐ com construção condenada

8 ☐ com construção em demolição

1 ☐ até 10

2 ☐ 10 até 15

3 ☐ 15 até 20

4 ☐ 20 até 25

5 ☐ 25 até 30

6 ☐ mais de 30 anos

1 ☐ Privado

2 ☐ Federal

3 ☐ Estadual

4 ☐ Municipal

5 ☐ Religioso

1 ☐ Própria

2 ☐ Alugada

3 ☐ Cedida

4 ☐ Fechada

1 ☐ 17 - REGIME DE UTILIZAÇÃO

2 ☐ 18 - PARTES DO PRÉDIO

3 ☐ 19 - AVERBAÇÕES E TRANSFERÊNCIA

4 ☐ 20 - PAVIMENTAÇÃO

5 ☐ 21 - INSTALAÇÕES

6 ☐ 22 - REVESTIM. EXTERNO

7 ☐ 23 - PINTURA

8 ☐ 24 - PISOS

9 ☐ 25 - ESQUADRIAS

10 ☐ 26 - INSTALAÇÃO SANITÁRIA

11 ☐ 27 - INSTALAÇÃO ELÉTRICA

12 ☐ 28 - TOTAL MÁX.

13 ☐ 29 - TOTAL

14 ☐ 30 - TOTAL

15 ☐ 31 - TOTAL

16 ☐ 32 - TOTAL

17 ☐ 33 - TOTAL

18 ☐ 34 - TOTAL

19 ☐ 35 - TOTAL

20 ☐ 36 - TOTAL

21 ☐ 37 - TOTAL

22 ☐ 38 - TOTAL

23 ☐ 39 - TOTAL

24 ☐ 40 - TOTAL

25 ☐ 41 - TOTAL

26 ☐ 42 - TOTAL

27 ☐ 43 - TOTAL

28 ☐ 44 - TOTAL

29 ☐ 45 - TOTAL

30 ☐ 46 - TOTAL

31 ☐ 47 - TOTAL

32 ☐ 48 - TOTAL

33 ☐ 49 - TOTAL

34 ☐ 50 - TOTAL

35 ☐ 51 - TOTAL

36 ☐ 52 - TOTAL

37 ☐ 53 - TOTAL

38 ☐ 54 - TOTAL

39 ☐ 55 - TOTAL

40 ☐ 56 - TOTAL

41 ☐ 57 - TOTAL

42 ☐ 58 - TOTAL

43 ☐ 59 - TOTAL

44 ☐ 60 - TOTAL

45 ☐ 61 - TOTAL

46 ☐ 62 - TOTAL

47 ☐ 63 - TOTAL

48 ☐ 64 - TOTAL

49 ☐ 65 - TOTAL

50 ☐ 66 - TOTAL

51 ☐ 67 - TOTAL

52 ☐ 68 - TOTAL

53 ☐ 69 - TOTAL

54 ☐ 70 - TOTAL

55 ☐ 71 - TOTAL

56 ☐ 72 - TOTAL

57 ☐ 73 - TOTAL

58 ☐ 74 - TOTAL

59 ☐ 75 - TOTAL

60 ☐ 76 - TOTAL

61 ☐ 77 - TOTAL

62 ☐ 78 - TOTAL

63 ☐ 79 - TOTAL

64 ☐ 80 - TOTAL

65 ☐ 81 - TOTAL

66 ☐ 82 - TOTAL

67 ☐ 83 - TOTAL

68 ☐ 84 - TOTAL

69 ☐ 85 - TOTAL

70 ☐ 86 - TOTAL

71 ☐ 87 - TOTAL

72 ☐ 88 - TOTAL

73 ☐ 89 - TOTAL

74 ☐ 90 - TOTAL

75 ☐ 91 - TOTAL

76 ☐ 92 - TOTAL

77 ☐ 93 - TOTAL

78 ☐ 94 - TOTAL

79 ☐ 95 - TOTAL

80 ☐ 96 - TOTAL

81 ☐ 97 - TOTAL

82 ☐ 98 - TOTAL

83 ☐ 99 - TOTAL

84 ☐ 100 - TOTAL

85 ☐ 101 - TOTAL

86 ☐ 102 - TOTAL

87 ☐ 103 - TOTAL

88 ☐ 104 - TOTAL

89 ☐ 105 - TOTAL

90 ☐ 106 - TOTAL

91 ☐ 107 - TOTAL

92 ☐ 108 - TOTAL

93 ☐ 109 - TOTAL

94 ☐ 110 - TOTAL

95 ☐ 111 - TOTAL

96 ☐ 112 - TOTAL

97 ☐ 113 - TOTAL

98 ☐ 114 - TOTAL

99 ☐ 115 - TOTAL

100 ☐ 116 - TOTAL

101 ☐ 117 - TOTAL

102 ☐ 118 - TOTAL

103 ☐ 119 - TOTAL

104 ☐ 120 - TOTAL

105 ☐ 121 - TOTAL

106 ☐ 122 - TOTAL

107 ☐ 123 - TOTAL

108 ☐ 124 - TOTAL

109 ☐ 125 - TOTAL

110 ☐ 126 - TOTAL

111 ☐ 127 - TOTAL

112 ☐ 128 - TOTAL

113 ☐ 129 - TOTAL

114 ☐ 130 - TOTAL

115 ☐ 131 - TOTAL

116 ☐ 132 - TOTAL

117 ☐ 133 - TOTAL

118 ☐ 134 - TOTAL

119 ☐ 135 - TOTAL

120 ☐ 136 - TOTAL

121 ☐ 137 - TOTAL

122 ☐ 138 - TOTAL

123 ☐ 139 - TOTAL

124 ☐ 140 - TOTAL

125 ☐ 141 - TOTAL

126 ☐ 142 - TOTAL

127 ☐ 143 - TOTAL

128 ☐ 144 - TOTAL

129 ☐ 145 - TOTAL

130 ☐ 146 - TOTAL

131 ☐ 147 - TOTAL

132 ☐ 148 - TOTAL

133 ☐ 149 - TOTAL

134 ☐ 150 - TOTAL

135 ☐ 151 - TOTAL

136 ☐ 152 - TOTAL

137 ☐ 153 - TOTAL

138 ☐ 154 - TOTAL

139 ☐ 155 - TOTAL

140 ☐ 156 - TOTAL

141 ☐ 157 - TOTAL

142 ☐ 158 - TOTAL

143 ☐ 159 - TOTAL

144 ☐ 160 - TOTAL

145 ☐ 161 - TOTAL

146 ☐ 162 - TOTAL

147 ☐ 163 - TOTAL

148 ☐ 164 - TOTAL

149 ☐ 165 - TOTAL

150 ☐ 166 - TOTAL

151 ☐ 167 - TOTAL

152 ☐ 168 - TOTAL

153 ☐ 169 - TOTAL

154 ☐ 170 - TOTAL

155 ☐ 171 - TOTAL

156 ☐ 172 - TOTAL

157 ☐ 173 - TOTAL

158 ☐ 174 - TOTAL

159 ☐ 175 - TOTAL

160 ☐ 176 - TOTAL

161 ☐ 177 - TOTAL

162 ☐ 178 - TOTAL

163 ☐ 179 - TOTAL

164 ☐ 180 - TOTAL

165 ☐ 181 - TOTAL

166 ☐ 182 - TOTAL

167 ☐ 183 - TOTAL

168 ☐ 184 - TOTAL

169 ☐ 185 - TOTAL

170 ☐ 186 - TOTAL

171 ☐ 187 - TOTAL

172 ☐ 188 - TOTAL

173 ☐ 189 - TOTAL

174 ☐ 190 - TOTAL

175 ☐ 191 - TOTAL

176 ☐ 192 - TOTAL

177 ☐ 193 - TOTAL

178 ☐ 194 - TOTAL

179 ☐ 195 - TOTAL

180 ☐ 196 - TOTAL

181 ☐ 197

[illegible]







[illegible]

**OBS.:**